

# **O FANTASMA NEGRO DO IMPÉRIO**



Kris Manjapra



# O FANTASMA NEGRO DO IMPÉRIO

A LONGA MORTE  
DA ESCRAVATURA  
E O FRACASSO  
DA EMANCIPAÇÃO

TEMAS E DEBATES



## SUMÁRIO

	Nota sobre a Terminologia	11
	Mapa Global da Emancipação	12
<b>Introdução:</b>	Emancipação e Vazio	15
<b>Capítulo 1:</b>	Fazer os Africanos Pagar a Longo Prazo no Norte Americano	27
<b>Capítulo 2:</b>	Punir a Nação Negra no Haiti	67
<b>Capítulo 3:</b>	O Antiescravismo Britânico e a Emancipação da Propriedade	95
<b>Capítulo 4:</b>	Recompensar os Perpetradores e Abandonar as Vítimas por Todo o Caribe	125
<b>Capítulo 5:</b>	Da Guerra Civil à Guerra Suja contra Vidas Negras	151
<b>Capítulo 6:</b>	A Era Jim Crow Global e a Emancipação em África	185
<b>Conclusão:</b>	A Presença Insurgente das Reparações	229
	Agradecimentos	241
	Notas	243
	Bibliografia Seleccionada	269
	Créditos das Fotografias	281
	Índice Remissivo	283



## EMANCIPAÇÃO E VAZIO

**A**s Baamas, o lugar onde nasci, são um Estado-nação das Caraíbas composto por cerca de setecentas ilhas e baixios que se estendem, como vértebras, ao longo da orla sul do mar dos Sargaços. A costa pedregosa de Andros, a maior delas, é cinturada por um anel de pântanos de maré, formações cársicas e baixios de lama e limos. As ondas do Atlântico rebentam nas suas margens, mas também penetram no interior escarpado e coberto de pinheiros, escavando buracos redondos e fundos no solo carbônico da paisagem. A própria ilha está marcada e mordida pelo mar intruso. Da última vez que visitei Andros, procurava preencher um vazio — um buraco — na história da minha família. A ilha ensinou-me uma coisa importante a respeito da presença dentro dos vazios, e da minha relação com eles.

O vazio é o epítome mais sucinto da escravatura atlântica e da sua sobrevida que persiste. Quinhentos anos de escravatura racial designaram as pessoas de descendência africana como despidas de valor humano. Despojaram-nas dos seus nomes e apelidos, obliteraram-lhes os laços de parentesco e atribuíram-lhes um preço de mercado como peças avulsas de propriedade humana. A escravatura engoliu milhões de africanos nos porões de navios, numerou-os e inventariou-os, levou-os através dos mares e cuspiu-os nos

mercados de escravos das Américas e da Europa. Foi um sistema de genocídio incalculavelmente traumático, que dilacerou famílias e alienou pessoas da sua noção de si mesmas, que as forçou a reconstruir vida, alegria e família uma e outra e outra vez. A escravatura foi uma guerra de séculos contra os africanos. E as emancipações — os atos que eram supostos pôr fim à escravidão — só serviram para prolongar essa guerra no tempo.

Os vazios são complexos porque são coisa nenhuma, e todavia são tudo ao mesmo tempo. Dentro do vazio, os negros reconstituíram vida, família e comunidade no meio do terror e da niilificação da escravatura e da economia de plantação. Criaram uma nova arte e um novo significado no interior e para lá do porão do navio e do vazio do preço de escravo. Os escravizados revoltavam-se e fugiam, cuidavam dos seus idosos, alimentavam e criavam os filhos. Pouparam dinheiro, organizavam movimentos políticos e greves e construíam comunidades de apoio e socorro mútuos. Amavam. Festejavam e alegravam-se e faziam espaço para a sua própria libertação a partir do interior da ratoeira da escravatura.

Comecei a minha viagem pela costa norte de Andros numa povoação onde os meus antepassados participaram na fundação de uma aldeia livre negra na sequência da abolição, decretada em 1807 pelos britânicos, do tráfico marítimo de pessoas escravizadas. Surgiram «aldeias livres» em várias ilhas britânicas das Caraíbas, sobretudo depois da abolição, também pelos britânicos, da escravatura nas plantações em 1838, quando os negros refizeram as suas comunidades. Em Mastik Point, Alexander Bain, um mestiço filho de um grande proprietário de escravos branco, fundou uma das muitas «aldeias Bain» nas quais distribuiu lotes de terra às pessoas libertadas, algumas delas resgatadas diretamente dos navios negreiros. Essas pessoas usavam a terra para construir pequenas casas, fazer uma agricultura de subsistência e ancorar os seus barcos de pesca. No período pós-escravatura, os habitantes de Mastik Point eram fustigados pelas correntes da opressão e da reescravização que continuaram depois, e por causa, da emancipação.

O transporte ilegal de pessoas raptadas em África para as Baamas prosseguiu até à década de 1880, mais de setenta anos depois de os britânicos terem abolido o tráfico de escravos. Durante todo o final do século XIX, o litoral das Baamas serviu de porto ao comércio ilegal de seres humanos. Navios portugueses e espanhóis, juntamente com outros de Baltimore e Boston, ancoravam ao longo dos baixios como primeiro ponto de entrada nos mercados de escravos das Caraíbas. Partindo da carapaça baamiana, os navios negreiros navegavam até ao Reino do Algodão do Mississípi, às ilhas do açúcar de Cuba e às plantações de café do Brasil<sup>1</sup>.

O rumor que corre na família é que a minha tetravó Laurena Woodside sobreviveu ao horror de um navio negreiro saído de Luanda, Angola, algures nos anos de 1880. A história está cheia de vazios, uma vez que não sei em que lugar da África Ocidental ou Central foi raptada, ou como foi parar a Mastik Point para construir uma vida ao lado de outras pessoas descendentes de cativos africanos. Casou com um marinheiro negro chamado Ezekiel. Morreu com 19 anos depois de ter dado à luz o segundo filho. Fui a Andros chamado por estes magros pormenores. Consultei certidões de nascimento e casamento. Falei com remotos membros da família e viajei entre aldeias ao longo da costa norte. E o que encontrei não foi pormenor histórico, foi vazio histórico. Nenhum dos anciãos com quem falei se lembrava de Laurena porque ela tinha morrido uma geração antes de o mais velho deles ter nascido. A história de escravatura da minha família regista, nos seus vazios, a obliteração dos laços de parentesco cometida com a arma dos navios negreiros.

Antes de partir de Andros, um amigo levou-me a ver um dos buracos azuis da ilha. São profundas colunas de água que descem até ao substrato de pedra calcária. Algumas até comunicam diretamente com o mar através de grutas subterrâneas. De pé na beira daquele buraco azul, notei como a escura profundidade e a quietude faziam da superfície o espelho perfeito para os pinheiros que nos rodeavam e o azul intenso do céu. Parecia um portal, ou um canal, para o desconhecido e o submarino. Na beira daquele

enigma geológico, pensei na maneira como o meu encontro com o vazio da minha história familiar estava relacionado com a experiência de espreitar para as profundezas azuladas. Em se tratando das histórias que nasceram do trauma da escravidão atlântica, os vazios e a negação são ambos indicadores de ausência e ao mesmo tempo de uma outra presença, obscura e submersa, que clama por ser conhecida. Enquanto contornava o perímetro do buraco, senti-me compelido a ocupar-me de qualquer coisa, entrar em qualquer coisa, sintonizar-me com o que não podia ser visto mas estava todavia presente. Apercebi-me de que aquilo era de certo modo, como a nossa relação com a própria história — história cheia de variadas incógnitas e de experiências não reivindicadas a gritar dos vazios<sup>2</sup>.

### A LINHA FANTASMA

W. E. B. du Bois, o filósofo pan-africanista, propôs em 1900 que «o problema do século xx é o problema da linha da cor»<sup>3</sup>. As lutas pelos direitos humanos e cívicos, e as suas intersecções com a batalha pelos direitos de género e ambientais, continuam a ser questões de vida e de morte nos nossos tempos. Além da linha da cor, o problema do século XXI é também, penso eu, o problema da *linha fantasma*. Esta linha fantasma separa a história do Homem da história dos seus vazios. As sociedades estendem véus para dividir o domínio do visto e recordado do domínio do sistematicamente apagado e negado. Se a linha da cor cria divisões raciais para oprimir e despossar, a linha fantasma cria divisões existenciais entre ser e nada; entre os que são ditos presentes e os que são designados como as ausências-presentes da sociedade<sup>4</sup>.

«Fantasmar» alguém é ignorar essa pessoa, ver através dela, olhar para lá dela. Aplicar a linha fantasma à história de um grupo de pessoas é ignorar sistematicamente o significado da sua experiência coletiva, geração após geração, século após século<sup>5</sup>. A linha fantasma, diferentemente da «linha da cor» ou da «linha encarnada»,

define a prática velhaca, adotada por sociedades inteiras, de «não ver» as partes despojadas e «não ouvir» as suas exigências históricas de justiça reparatoria<sup>6</sup>.

Os fantasmas na nossa ordem social são as presenças históricas não reconhecidas, negadas e ignoradas entre nós. A «matéria fantasmal» é ativamente produzida pelo trauma e a negação sociais<sup>7</sup>. Por culpa da escravatura e do colonialismo, determinados grupos humanos foram transformados em «[fantasmas] aos olhos das outras pessoas»<sup>8</sup>. Como Ralph Ellison diagnosticou em *Invisible Man*, as pessoas «fantasmadas» são transformadas na «personificação do Negativo» e na «coisa amorfa». É-lhes dito «você não existem» e que a sua história não é suficientemente substancial para ser recordada e chamada história *humana*<sup>9</sup>. A experiência da situação é a ratoeira dos que são postos do outro lado da linha fantasma e afeta tudo aquilo que fazem na vida quotidiana, incluindo o acesso ao alimento, ao alojamento, à educação, às proteções civis e ao direito de voto. A linha política entre os recordados e os negados provoca males em todos os envolvidos: vítimas, perpetradores e beneficiários.

### EMANCIPAÇÕES COMPARADAS

Os historiadores têm-se focado, compreensivelmente, nas narrativas da abolição da escravatura — numa história com fins. Respeitadíssimas escolas históricas, talvez as mais ligadas à obra de Seymour Drescher, realçam os esforços dos abolicionistas brancos de ambos os lados do Atlântico e as campanhas antiescravistas que organizaram. Na maneira de ver de Drescher, o sentimento abolicionista e o empenhamento político europeu e euro-americano, de finais do século XVIII ao início do século XX, representam «êxitos globais» e criaram a arquitetura das modernas ideias sobre direitos humanos<sup>10</sup>. Esta perspetiva, no entanto, ignora ou mascara o facto de que, quando as sociedades brancas começaram de facto a *implementar* as suas ideias antiescravistas, o fizeram de maneiras que

prolongaram e ampliaram o cativeiro e a opressão dos negros em todo o mundo. Os políticos, administradores e elites sociais que implementaram a emancipação definiram um manual histórico de como violar os direitos humanos. Retiraram a justiça às vítimas e aplacaram os perpetradores. Na realidade, a própria maneira como pensamos em «o humano», e de quem conta como humano, emergiu como uma luta velha de séculos por culpa da maneira como as abolições foram levadas à prática.

As leis e políticas daquilo a que, no seu conjunto, chamamos «emancipação» transformaram as ideias abolicionistas em abolição como um facto social. Como veremos, os processos de emancipação em muitas sociedades — na forma de leis, políticas e instituições — agravaram o trauma histórico da escravatura e prolongaram o domínio supremacista branco e a antinegitude. As emancipações conservaram, e em seguida reativaram, o sistema social de castas da escravatura, dando-lhes outros usos que continuam a estruturar o desequilíbrio das oportunidades de vida nas sociedades atuais.

Quando a escrita histórica se foca apenas na abolição — e no «fim» da escravatura — fica metade por dizer. As histórias que nos dizem que o mal passou, que os êxitos abolicionistas perduram, ignoram a realidade das opressões raciais que persistem. Aquilo que aconteceu depois do fim da escravatura, nas sequelas legais e processuais a que chamamos «emancipação», e nas revoltosas autolibertações de comunidades negras, importa para o trabalho da justiça reparatória, a qual exige maneiras de recontar o passado que detetem as vozes anteriormente relegadas para o vazio arquivístico e também a rescrita da história de maneiras que importem para essas vozes e as tornem importantes para nós.

As emancipações proporcionaram um caminho falhado para a justiça, como, aliás, desejavam os seus promotores. Este falhanço não foi acidental, foi sistemático<sup>11</sup>. Não foi o resultado de uma implementação defeituosa, mas de um cuidadoso planeamento e coordenação internacional entre Estados europeus e americanos ao longo de muitas gerações. Como veremos, os governos e as elites

políticas que lideraram os processos da emancipação em todo o mundo durante os séculos XIX e XX criaram leis para encarcerar, deportar, endividar e pôr em perigo a liberdade dos africanos. Ideias sobre os direitos de propriedade, as fontes do valor econômico, os limites da democracia e da cidadania e as supostas divisões civilizacionais foram as determinantes que enformaram estes processos de emancipação.

«Emancipação», do latim *emancipatio*, significa «libertar da sua mão». Na etimologia da palavra, e nas suas raízes no direito romano, está embebida a legitimação de uma suposta autoridade de determinados géneros de pessoas para negociar ou vender direitos de propriedade (*mancipatio*) sobre outros géneros de pessoas<sup>12</sup>. No direito romano, *emancipatio* referia-se ao ato através do qual o *paterfamilias* (um chefe de família varão detentor de propriedade) podia abrir voluntariamente mão do seu poder (*potestas*) sobre outros seres humanos da sua casa, incluindo filhos e escravos. A emancipação era, portanto, legalmente construída como a concessão voluntária de um proprietário, não como uma justa exoneração do cativo.

A emancipação, um procedimento do antigo direito romano reinventado como instrumento político na Europa e nas Américas nos séculos XVIII e XIX, honrava e suportava a autoridade dos escravistas ao mesmo tempo que apagava a humanidade dos sujeitos à escravidão. Não espanta que as emancipações nunca tenham exigido que a sociedade escravista indemnizasse os escravizados. Ao mesmo tempo que a instituição formal da escravatura era abolida, os direitos dos antigos proprietários de escravos e a estrutura mais vasta da dominação racial eram preservados. A emancipação assegurava a compensação e a gratificação dos antigos escravistas e respetivos beneficiários e descartava qualquer responsabilidade para com os escravizados. Os governos deram aos perpetradores o poder de modelar o futuro pós-escravismo com as suas próprias mãos<sup>13</sup>.

Para deixar bem claro este ponto, considere-se a seguinte lista selecionada de emancipações. Note-se a variedade de maneiras como estas emancipações suportavam o suposto direito original de

## O FANTASMA NEGRO DO IMPÉRIO

algumas pessoas de possuir e dominar outras pessoas com base em conceitos de diferença racial. Governos de toda a Europa e das Américas criaram projetos a longuíssimo prazo para pagar reparações a escravistas e opressores.

<b>Local</b>	<b>Fim da Escravatura Declarado</b>	<b>Pacotes de Reparações para os Escravistas</b>
<b>PENSILVÂNIA</b>	1780	<ul style="list-style-type: none"><li>• O trabalho cativo para os africanos continua durante 67 anos até 1847</li></ul>
<b>IMPÉRIO BRITÂNICO</b>	1833	<ul style="list-style-type: none"><li>• O trabalho cativo para os africanos continua durante cinco anos, até 1838</li><li>• 20 milhões de libras (aprox. 200 mil milhões de dólares atuais) pagos aos escravistas em dinheiro e ações</li></ul>
<b>IMPÉRIO FRANCÊS</b>	1848	<ul style="list-style-type: none"><li>• O Estado francês paga 6 milhões de francos (aprox. 50 mil milhões de dólares atuais) até 1886</li></ul>
<b>CUBA</b>	1879	<ul style="list-style-type: none"><li>• O trabalho cativo para os africanos continua durante sete anos, até 1886</li><li>• 120 milhões de pesos (aprox. 2,4 mil milhões de dólares atuais) seriam pagos aos escravistas</li></ul>

Por toda a Europa, nas Américas e em algumas colónias de plantação no oceano Índico, como Maurícia ou Reunião, os governos europeus e americanos engendraram sistemas intergeracionais de reparações para indemnizar a elite dos plantadores e os investidores. Proprietários de escravos franceses e as respetivas famílias, expulsos do Haiti, receberam apoios governamentais durante cem anos após a revolução haitiana. Os proprietários americanos de escravos e os seus descendentes, desde a altura das primeiras emancipações nos anos de 1780 ao surgimento da Jim Crow nos anos de 1880 e mais além, distorceram leis, direitos de voto e políticas civis e

expandiram sistemas prisionais. Os proprietários britânicos de escravos e os seus descendentes receberam lucrativas reparações do Estado financiadas pelos contribuintes durante 180 anos, até 2015. Em contrapartida, as populações emancipadas dos Estados do Caribe foram privadas de educação, de cuidados de saúde, do direito à terra e à subsistência, do voto e das fundações de uma economia independente. Finalmente, os Estados europeus confiscaram as terras e destruíram as soberanias dos Estados africanos de uma maneira ainda mais gravosa a partir de 1875, usando o álibi da emancipação, ao imporem uma ordem de domínio imperialista e subdesenvolvimento cujas consequências se prolongam até aos nossos dias.

A linguagem da emancipação durante o século XIX referia os negros como variadas formas de propriedade pós-escravatura, chamando-lhes «carga» e «contrabando». Na Europa e na América, os Estados designavam os emancipados não como «cidadãos», mas como «pessoas libertadas». Em muitas partes das Américas, o direito de voto só foi concedido aos descendentes das pessoas libertadas em finais do século XX, e as leis e políticas e normas sociais ainda hoje os visam particularmente. A ordem estabelecida criou novas instituições de encarceramento, como o aprendizado, o arrendamento e o aluguer de condenados, para obrigar gerações de negros a pagar aos opressores com o seu trabalho por muito tempo após a data da emancipação «final». O processo de emancipação pertencia aos escravistas e aos interesses políticos estabelecidos alinhados com eles.

Este livro tem como objetivo uma perspetiva comparativa dos processos de emancipação através do mundo. Exploramos cinco géneros de emancipação nas Américas, na Europa e em África, que tiveram ecos também na Ásia. Começamos pela *emancipação gradual*, em Nova Inglaterra, no Médio Atlântico americano e, mais tarde, nas Américas espanholas, que fez os negros pagar pela sua liberdade. Voltamo-nos a seguir para a *emancipação retroativa*, que tentou conter a revolução no Haiti. Exploramos a *emancipação*

*compensada* do Império Britânico, que permitiu aos proprietários de escravos enriquecer escandalosamente, graças não só à continuação do trabalho forçado, mas também aos enormes pagamentos em dinheiro tirado do erário público. A emancipação compensada do Império Britânico definiu um novo padrão para a indenização dos proprietários de escravos que outros governos iriam seguir. Estudamos a *emancipação de guerra*, forjada nos campos de batalha da Guerra Civil Americana, e a guerra suja contra os negros ainda em curso nos Estados Unidos que surgiu na sua esteira. E concluímos com as emancipações que serviram de pretexto a maciças ocupações coloniais por toda a África. Cada capítulo considera um gênero específico de emancipação, bem como uma explicação sobre como a injustiça histórica continua, sem retificação ou compensação. Os capítulos seguem uma ordem cronológica, mostrando como os diferentes processos de emancipação foram beber uns nos outros e alastraram a todo o globo.



As comunidades negras praticaram a autoemancipação, a insurreição e muitas formas grandes e pequenas de libertação como resposta aos processos de emancipação liderados pelos Estados. Os negros exigiram liberdade para lá dos limites, palavras e calendários do que lhes era proposto pelos emancipadores<sup>14</sup>. Insistiram em autodeterminação, no direito à terra e aos seus frutos, e na liberdade de desfrutarem de alegria e proteção nas suas comunidades, enraizadas em antigas e novas tradições. Povos africanos autolibertados exigiram o estabelecimento de boas relações e reciprocidade com outros povos da Terra. E, como veremos, nunca desde os inícios do abolicionismo os negros deixaram de insistir em compensações adequadas para as injustiças da escravatura e da emancipação.

A memória negra fala, faz sinais e exige ser reconhecida<sup>15</sup>. Os negros, sujeitos à pilhagem histórica — a «história que dói» —, não se conformam com um vazio atribuído<sup>16</sup>. Passaram séculos a viver

atrás do véu da linha fantasma, criando prazeres e insurgências no escuro.

A história da escravatura e da emancipação não é, pois, uma história de fins, mas de inacabados. Os fantasmas anunciam o não acabado. Inquietam, assustam e assombram. E quem discordaria de que o nosso século XXI é assombrado pela acumulação do seu passado? Os fantasmas agitam as sociedades pós-escravistas nas nossas consciências, nas nossas recordações e nas nossas disfunções sociais com o objetivo de nos perturbar e exigir correção. Esta assombração exorta-nos a refazer boas relações a partir da sequela continuada do trauma histórico. Os fantasmas na nossa história exigem ação reparatória — diversas práticas de escutar a verdade, pedidos de desculpa, retificação e compensação — da parte dos descendentes dos perpetradores e espectadores, bem como da atual ordem governante construída com base na escravatura. Através da ação reparatória, baseada no desejo de verdade e paz, não no desejo de poder, podemos todos ajudar-nos uns aos outros a tornarmo-nos mais humanos ou, talvez, mais humanos do que a humanidade que temos conhecido. Isso é história futura para lá do ponto de desvanecimento. Qualquer coisa tem de acabar para que algo de novo comece.



## CAPÍTULO 1



# FAZER OS AFRICANOS PAGAR A LONGO PRAZO NO NORTE AMERICANO

**N**ão é frequente pensarmos no norte americano pós-revolucionário em termos de escravatura e emancipações. Tais associações são habitualmente reservadas para o sul escravista *antebellum*. Na realidade, as emancipações nortistas — eufemisticamente chamadas emancipações graduais — de 1777-1865 serviram para exonerar o norte americano da história geral da escravatura. Esta instituição, que funcionava de uma ponta à outra dos Estados Unidos pós-revolucionários, dependia tanto da participação dos estados do norte como da expansão das plantações do sul. Estamos habituados a uma triunfante narrativa abolicionista que retrata a escravatura em cenários muito distantes dos centros de indústria e finança do norte; longe de centros cosmopolitas como Boston, Filadélfia e Nova Iorque. No entanto, estas cidades formavam, já bem entrado o século XIX, um circuito de poder e riqueza para a economia escravista<sup>1</sup>. Sem elas, as indústrias relacionadas com as plantações do sul americano e do Caribe nunca poderiam ter sido tão longevas ou lucrativas. O sistema internacional de escravatura dependia de redes de comércio, finança, transporte marítimo,

manufaturação e consumo ancoradas no norte. Não sendo embora o epicentro da escravatura, o norte americano estava todavia profundamente, inextricavelmente, entretecido no sistema mais vasto da servidão e exploração raciais.

A escravatura funcionava de maneiras diferentes em áreas diferentes, mas também de um modo interligado que lhes era transversal. A escravatura de plantação parecia muito diversa da, por exemplo, escravatura urbana, não obstante estes esquemas distintos de servidão encaixarem um no outro como as rodas dentadas de uma grande máquina trituradora. Em 1619, os traficantes de escravos levaram para a América os primeiros cativos africanos, para trabalharem nas plantações da colônia da Virgínia. Pouco depois, a escravatura começou igualmente a prosperar nos centros urbanos do norte colonial. Proprietários de escravos levaram os primeiros cativos africanos para Boston em 1624, seis anos antes de a cidade colonial ser oficialmente incorporada. Colonos holandeses levaram pessoas escravizadas para Nova Iorque (então chamada Nova Amsterdão) em 1629. E 150 africanos escravizados ajudaram a desbravar a terra para a nova colônia da Pensilvânia, arrancada a um assentamento sueco, em 1684. Por outras palavras, a escravatura esteve presente desde o início em toda a América do Norte colonial, e não apenas no sul<sup>2</sup>.

Em 1641, foi aprovada no Massachusetts uma lei que legalizava a escravatura, e numerosos diplomas subsequentes regulavam as atividades dos negros cativos na colônia. Em 1702, os britânicos implementaram em Nova Iorque um severo código aplicado aos escravos, o mais duro fora do sul. Este código estipulava que as pessoas escravizadas podiam ser castigadas «à discrição» dos proprietários de escravos e não podiam testemunhar exceto contra outros escravos<sup>3</sup>. Na sequência de uma revolta maciça de escravos africanos em Nova Iorque, em 1712, este código tornou-se ainda mais gravoso. O Conselho Comum da Cidade de Nova Iorque publicou uma «Lei para Suprimir e Castigar a Conspiração e Insurreição de Negros e Outros Escravos». A partir de

10 de março de 1713, as pessoas escravizadas com idade superior a 14 anos ficaram proibidas de andar pela cidade depois de escurecer, a menos que levassem consigo uma lanterna acesa, e de «juntar-se em grupos de mais de três, pertencer à milícia ou usar armas fosse de que gênero fosse, deixar a casa dos amos no Sabbath, ou treinar cães»<sup>4</sup>.

Nos anos de 1700, já havia mercados de escravos a funcionar em Boston, como o que ficava perto de Faneuil Hall e o da esquina das ruas Hanover e Union. Similarmente, por volta da mesma altura, traficantes de escravos ofereciam e vendiam africanos no mercado oficial de escravos em Wall Street. Em Filadélfia, os africanos eram comerciados no London Coffee House, nas ruas Front e Market, e noutros diversos locais. Neste período inicial, foram traficadas mais pessoas cativas nestas três cidades do norte colonial, juntas, do que em qualquer outro lugar da América do Norte. O nordeste e a Nova Inglaterra não foram marginais à história da escravatura, pelo contrário, estiveram no seu centro.

As povoações e cidades coloniais do norte estimularam a expansão do tráfico atlântico de escravos de maneiras cobertas e encobertas. Os navios negreiros da Nova Inglaterra, propriedade de magnatas de Boston e de Providence, desempenharam um papel principal. No início da década de 1670, as chalupas de Boston foram as primeiras a raptar em Madagáscar grandes números de pessoas que transportavam para as plantações das Índias Ocidentais, onde os cativos africanos eram vendidos por altos preços. Sobretudo depois da revogação, em 1669, do monopólio da Companhia Real Africana, os navios da Nova Inglaterra, e os marinheiros que os tripulavam, desempenharam um papel dominante no tráfico, comprando africanos capturados na costa ocidental de África e levando-os à força para o outro lado do oceano até às áreas das plantações. Os capitalistas da Nova Inglaterra constituíram a parte mais importante dos transportadores e mercadores norte-americanos de africanos escravizados ao longo das décadas que antecederam a Revolução Americana<sup>5</sup>.

Várias indústrias e ofícios vitais do norte colonial dependiam do trabalho e da riqueza gerados pela servidão africana. Nos anos de 1700, Boston, Nova Iorque e Filadélfia viviam dos lucros da produção industrial de açúcar no Caribe. Só graças às plantações caribenhas das então conhecidas como «Ilhas do Açúcar», como Barbados e Jamaica, foi possível a um grupo de colonos britânicos na América do Norte reunir uma tão tremenda riqueza e afirmar a sua recém-adquirida condição de classe superior. O *boom* do açúcar permitiu o arranque de muitas outras atividades, incluindo a construção naval, o fabrico de âncoras e os seguros. As economias de plantação do Caribe serviram ainda como importantes mercados para artigos e bens produzidos no norte americano. Nas décadas de 1760 e 1770, a Nova Inglaterra exportava a maior parte das suas mercadorias — produtos alimentares, ferramentas, bebidas alcoólicas — para as Caraíbas britânicas. Em 1768, enquanto 18% das exportações da Nova Inglaterra tinham como destino a Grã-Bretanha e a Irlanda, uns substanciais 64% dessas exportações iam para o Caribe<sup>6</sup>.

Entretanto, os proprietários coloniais de destilarias obtinham o grosso da sua riqueza derivada da colheita da cana-de-açúcar, feita por escravos. O rum era a maior indústria transformadora da Nova Inglaterra antes da Revolução Americana e dependia totalmente dos melaços das Índias Ocidentais. Em 1700, operavam na Colónia da Baía de Massachusetts mais de 63 destilarias que produziam anualmente 2,7 milhões de galões de rum. Este rum constituía uma parte importante da «pacotilha», ou o conjunto de produtos de baixo valor oferecidos aos traficantes de escravos de África em troca de mercadoria humana. No início do século XVIII, os mercados de escravos da Nova Inglaterra pagavam aproximadamente três libras em rum por cada cativo africano que aprisionavam na Costa da Guiné e na Costa do Ouro. Podiam então vender os que sobreviviam à travessia do oceano por 15 ou 20 libras cada em portos de escala como Kingston, na Jamaica, ou St. John's, em Antígua. O comércio de escravos gerava volumes enormes de riqueza

precisamente porque os proprietários de escravos reclamavam o direito de propriedade sobre seres humanos. Vendiam esta «mercadoria» humana com grandes lucros marginais e as fortunas que amassavam permitiam-lhes construir as suas mansões, as suas instituições físicas e as suas reputações como «famílias antigas e influentes». Quase todos os patrícios coloniais — os Brâmanes de Boston e os Honoráveis de Nova Iorque e Filadélfia — tinham ligações diretas com a riqueza criada pela escravatura. Os Winthrops, os Belchepps, os Faneuils, os Cabots e os Pepperells, que deram o nome a povoações e a edifícios oficiais por toda a Nova Inglaterra, todos eles tiraram sórdidos lucros do tráfico de pessoas, usando depois essa riqueza para se monumentalizarem a si mesmos e às suas famílias de uma ponta à outra do norte colonial. A riqueza e as propriedades dos magnatas das plantações, como Isaac Royall Jr., contribuíram para a criação das prestigiadas universidades da região, incluindo Harvard e Brown<sup>7</sup>.

## ESCRAVATURA E RESISTÊNCIA NO NORTE

No norte, os africanos, escravizados e livres, enfrentavam circunstâncias diferentes daquelas dos que viviam no sul ou nas plantações de fronteira caribenhas. Os africanos dos centros urbanos eram sobretudo trabalhadores manuais ou criados domésticos, mas também artesãos e comerciantes. As cidades criavam oportunidades para os negros, escravizados e livres, se encontrarem em espaços comuns, incluindo tabernas e praças de mercado. Em Boston, Nova Iorque e Filadélfia, os negros escravizados eram trabalhadores do campo, mordomos e criadas, mas também estivadores, marinheiros e operários da construção civil. Nos anos de 1740, os africanos escravizados representavam quase 20% da população de Nova Iorque, o que fazia desta urbe a mais importante cidade escravista depois de Charleston, na Carolina do Norte. Cerca de quatro em cada dez casas dos arredores de Nova Iorque mantinham africanos em escravidão. Em Brooklyn, os escravos africanos constituíam

um terço da população, e mais de 60% de todas as famílias brancas tinham pelo menos uma pessoa escravizada<sup>8</sup>.

A Revolução Americana criou novas oportunidades para conjurar e implementar a liberdade entre as comunidades africanas. Em 1775, os colonos americanos de todas as 13 colônias declararam guerra à Grã-Bretanha, afirmando a sua fé republicana na autodeterminação e nos «direitos naturais» à «vida, à liberdade e à demanda da felicidade»<sup>9</sup>. Africanos, livres e escravizados, das 13 colônias combateram nos dois lados da guerra, embora a Carolina do Sul e a Geórgia nunca tenham permitido o alistamento de negros. Na realidade, durante algum tempo em 1775, o Congresso Continental banuiu a incorporação de negros em todas as milícias patrióticas, alegando o medo de uma insurreição africana. É certo que os escravizados arriscaram a vida nos campos de batalha, independentemente do lado, com o objetivo primordial de conseguir a liberdade<sup>10</sup>.

Em 1775, Lord Dunmore, o governador britânico da Virgínia, apelou ativamente às pessoas escravizadas para que escapassem aos escravistas e se juntassem às tropas britânicas. Milhares de negros, talvez tantos como setenta mil, responderam a este apelo em busca da liberdade. Cerca de cinco mil negros, muitos deles escravizados, lutaram no exército revolucionário. Deviam ter sido manumitidos ao alistarem-se. Depois da derrota britânica de 1783, cerca de três mil homens, mulheres e crianças negros emancipados pelas tropas britânicas embarcaram em navios fretados pela Nova Escócia rumo ao Canadá britânico. Outros milhares fugiram à escravidão e conseguiram chegar pelos seus próprios meios à costa marítima. Mas a história contrária deve também ser contada: mais de vinte mil africanos foram levados por lealistas britânicos para uma escravidão ainda mais negra, primeiro na Florida e depois noutras colônias escravistas da Grã-Bretanha, como as Baamas, na esteira da Guerra Revolucionária norte-americana de 1775-1783, que em troca propiciou um número limitado de emancipações. Este género de emancipação reocorreu durante a guerra de 1812 e durante as guerras

revolucionárias hispano-americanas de 1814-1821. Em todos estes casos, a libertação excecional de um pequeno número de alistados negros serviu para reforçar a regra geral da escravatura.

Durante o período revolucionário, várias comunidades de negros pediram aos governos coloniais do norte que abolissem a escravatura, mas também que respeitassem os seus direitos à equidade e à justiça reparatória. Em petições apresentadas ao Tribunal Geral de Massachusetts entre 1783 e 1796, grupos de negros pediam não só a abolição da escravatura, mas também terra, educação e proteção social. Em janeiro de 1773, um grupo de pessoas escravizadas escreveu a este mesmo tribunal: «Não temos propriedade. Não temos esposas. Não temos filhos. Não temos cidade. Não temos país.» Em abril de 1773, uma «comissão de escravizados» pedia ajuda financeira, «até que abandonemos a província, como estamos determinados a fazer logo que consigamos, através do nosso esforço coletivo, reunir dinheiro para nos transportarmos até uma qualquer parte da costa de África, onde nos propomos fundar um assentamento»<sup>11</sup>. Muitos dos negros que viviam na Nova Inglaterra nesta altura tinham nascido em África e sido levados para longe das famílias e das terras natais. Continuavam a falar as línguas africanas como língua materna. Faz sentido que sonhassem com usar a liberdade para regressar a casa.

Em janeiro de 1777, uma outra petição apresentada por negros de Boston afirmava: «[Estamos] retidos num estado de escravidão nas entranhas de um país livre e cristão.» Depois de terem redigido «petição atrás de petição» sem que tivesse sido feita qualquer reparação, mantinham a esperança de «ser restaurados na alegria dessa liberdade que é o direito natural de todos os Homens»<sup>12</sup>. Em 1780, em Dartmouth, Massachusetts, um pequeno grupo pediu à legislatura revolucionária que o «isentasse dos impostos de capitação e estaduais, uma vez que não nos é permitido o [privilégio] dos homens livres do estado, não tendo voto ou influência na eleição dos que nos cobram impostos»<sup>13</sup>. Pediam às autoridades governamentais que parassem «[de nos reduzir] a um estado de mendicidade».

Em 1787, um outro grupo de negros do Massachusetts pediu igualdade na educação, dizendo: «Rogamos portanto a Vossa Honras que na vossa sabedoria possam ser feitas quaisquer provisões para a educação dos nossos queridos filhos.»

Nenhum deste pedidos foi atendido. Como veremos, coube às organizações voluntárias de negros, às igrejas negras e às associações abolicionistas lideradas por brancos reparar os males causados pela escravatura no norte. No entanto, neste período revolucionário, ainda antes de o trabalho de reparação ter realmente começado, o problema da abolição da escravatura continuou por resolver. Não houve de certeza qualquer movimento generalizado de renúncia aos direitos de propriedade sobre pessoas escravizadas nos novos e independentes Estados Unidos da América. Na realidade, um compromisso obtido na Convenção Constitucional de Filadélfia consagrou a escravatura sulista no Artigo 1 da nova Constituição nacional. A estipulação concedia aos proprietários de escravos da União um bônus de escravatura. Os principais estados escravistas, como a Geórgia, que passavam a poder contar cada africano escravizado como três quintos de um habitante, viram reforçada a sua representação no novo Congresso e, conseqüentemente, a influência dos seus proprietários de escravos.

A partir de 1780, os legisladores da Pensilvânia iniciaram um novo sistema gradualista de emancipação que em breve serviria de modelo aos esforços antiescravistas feitos de uma ponta à outra das Américas britânica e espanhola. Filadélfia serviu de catalisador. Enformado pela doutrina não-conformista e abolicionista dos quacres, com raízes internacionais no menonitismo holandês, o estado da Pensilvânia, e o bastião quacre de Filadélfia, emergiram como centros de manumissão voluntária no início do século XVIII. A ascensão do republicanismo revolucionário e da ideologia dos direitos naturais de «vida, liberdade e propriedade» só serviu para tornar ainda mais ativo o empenhamento da teologia quacre no «evangelho social» e no reconhecimento dos africanos escravizados como pessoas e não como propriedade<sup>14</sup>.

A guerra revolucionária e o evangelho social combinaram-se em 1780 quando a Assembleia Geral da Pensilvânia aprovou a primeira lei de emancipação gradual.

Esta lei, no entanto, para todos os efeitos e propósitos, estipulava que as pessoas emancipadas deviam compensar os proprietários de escravos através de sentenças de trabalho não remunerado. No próprio processo legal de abolir a escravatura, a legislatura de Filadélfia confirmava a legitimidade do direito dos proprietários brancos de escravizar africanos, enquanto ignorava o direito dos africanos escravizados de obter reparações pelos danos que tinham sofrido. Nascida de códigos legais racistas, esta «primeira emancipação» só podia ter desfechos racistas. Continha as mesmas falhas fatais que seriam replicadas noutras emancipações noutros estados do norte, transformando o fim da escravatura num processo de continuação, não de conclusão.

Para compreender este terrível regime legal, precisamos de fazer aqui uma pausa para examinar a prática voluntária preexistente em que os escravistas podiam libertar da servidão os seus cativos. Esta prática foi relativamente comum em Filadélfia nas décadas anteriores à Lei da Abolição Gradual da Escravatura de 1780. A manumissão — a palavra deriva do latim *manumisso* — era uma prática baseada no antigo direito romano e nas disposições legais da Europa feudal. A partir de finais do século XVIII, *emancipação* referia-se à ação governamental para libertar pessoas escravizadas, ao passo que *manumissão* significava a ação voluntária da parte de proprietários de escravos individuais. Muito antes da década de 1770, quando começaram as emancipações, já a manumissão era uma prática comum. E a manumissão estipulava a compensação dos proprietários de escravos pela «perda» dos direitos de propriedade sobre as pessoas escravizadas. Este instrumento legal tinha sido largamente usado nas colónias escravistas europeias a partir do início do século XVII, com o nome de *coartación* nas colónias espanholas e *coartação* nas portuguesas. A coartação, ou «auto-compra gradual», exigia que os negros fizessem pagamentos de